



## **Ainda somos poucos!?** **Invisibilidade e silenciamento de docentes negras (os) nas universidades**

*Are we still little!?*  
*Invisibility and silence of black teachers (os) at universities*

*¿ ¡Somos aún pocos!?*  
*Invisibilidad y silencio de los profesores negros en las universidades*

Caroline de Araújo Lima<sup>1</sup>  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB / Campus XVIII)

Rosineide Cristina de Freitas<sup>2</sup>  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

### **RESUMO**

O artigo é fruto de reflexões da prática docente e do tripé ensino, pesquisa e extensão, e da produção do conhecimento como prática militante. Neste trabalho problematiza-se porque a produção intelectual de negras(os) ainda são invisibilizadas nas instituições de educação superior, considerando a estrutura colonial que fundou as universidades no Brasil, a ideologia da branquitude e o projeto civilizatório eugenista, além do debate relacionado a compreensão do racismo como elemento estruturante da sociedade. O objeto de estudo desse texto é a produção do conhecimento protagonizado por intelectuais negras(os) e a sua invisibilização, considerando dados que apontam que a presença destas(es) nos quadros das instituições de ensino superior não chegam a 20%. Justifica-se esse trabalho, pela sua importância ao fazer pensar porque mais de uma década depois da implementação das políticas de reparação e ações afirmativas, ainda são poucas(os) nos espaços de poder e de destaque nas Universidades. Considera-se que as instituições de educação superior contribuíram para a cristalização da ideia de existência de uma democracia racial valorizada pela miscigenação, e do processo de branqueamento da nação. Entende-se que o debate em torno das questões raciais no Brasil seria um caminho para a compreensão da própria trajetória do país, mas também um marco na história das ideias que influenciaram a Universidade e o pensamento científico.

**Palavras-Chave:** Universidade, Racismo, Intelectuais, Invisibilização.

### **ABSTRACT**

The article is the result of reflections on teaching practice and on the teaching, research and extension tripod, and on the production of knowledge as a militant practice. This work discusses why the intellectual production of black women is still invisible in higher education institutions, considering the colonial structure that founded universities in Brazil, the ideology of whiteness and the eugenic civilization project, in addition to the debate related to understanding of racism as a structuring element of society. The object of study of this text is the production of knowledge carried out by black intellectuals and their invisibility, considering data that show that their presence in the staff of higher education institutions does not reach 20%. This work is justified by its

<sup>1</sup> Mãe e feminista. Doutora em Ciências Sociais pela UFBA (2020), é professora Assistente da UNEB / Campus XVIII. Pesquisa Mulheres no Cangaço, Representações das Cangaceiras no cinema nacional, História das Mulheres e Teoria Feminista do Cinema. <https://orcid.org/0000-0003-4069-4302>. E-mail: [carolimasantos@gmail.com](mailto:carolimasantos@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pelo o Programa de Pós Graduação em Educação da UERJ – Proped. Professora Assistente da UERJ. <https://orcid.org/0000-0001-8374-4686> E-mail: [rosineidecf@gmail.com](mailto:rosineidecf@gmail.com)



importance in making people think because more than a decade after the implementation of the reparation and affirmative action policies, there are still few in the spaces of power and prominence in the Universities. It is considered that higher education institutions contributed to the crystallization of the idea of the existence of a racial democracy valued by miscegenation, and of the process of whitening the nation. It is understood that the debate around racial issues in Brazil would be a way to understand the country's own trajectory, but also a milestone in the history of ideas that influenced the University and scientific thought.

**Keywords:** University, Racism, Intellectuals, Invisibility.

## RESUMEN

El artículo es el resultado de reflexiones sobre la práctica docente y sobre el trípode de docencia, investigación y extensión, y sobre la producción de conocimiento como práctica militante. En este trabajo, nos preguntamos por qué la producción intelectual de las mujeres negras sigue siendo invisible en las instituciones de educación superior, considerando la estructura colonial que fundó las universidades en Brasil, la ideología de la blancura y el proyecto de civilización eugenésica, además del debate relacionado con la comprensión de el racismo como elemento estructurante de la sociedad. El objeto de estudio de este texto es la producción de conocimiento liderada por intelectuales negros y su invisibilidad, considerando datos que indican que la presencia de estos (s) en los marcos de las instituciones de educación superior no llega al 20%. Este trabajo está justificado, por su importancia para hacer pensar, porque a más de una década de la implementación de las políticas de reparación y acciones afirmativas, aún quedan pocos (los) en los espacios de poder y protagonismo en las Universidades. Se considera que las instituciones de educación superior han contribuido a la cristalización de la idea de la existencia de una democracia racial valorada por el mestizaje y del proceso de blanqueamiento de la nación. Se entiende que el debate en torno a los temas raciales en Brasil sería una forma de entender la propia trayectoria del país, pero también un hito en la historia de las ideas que influyeron en la Universidad y el pensamiento científico.

**Palabras clave:** Universidad, Racismo, Intelectuales, Invisibilidad.

## Ponto de partida

Este trabalho é fruto dos atravessamentos promovidos pelo debate racializado, ou seja, que traz à luz a questão racial como central, conduz à leitura da realidade sensível aos apagamentos, discriminações, protagonismos marcados pela condição cor/raça. Entende-se que a diferenciação racial é uma construção político-ideológica, na medida em que

No fim da primeira metade do século XX e início da segunda metade do mesmo século, os cientistas da área da Biologia, graças aos progressos realizados na Biologia molecular e na Bioquímica, chegaram à conclusão de que biológica e cientificamente as raças humanas não existem” biologicamente não existe (MUNANGA, 2019, p. 124).

Assim o olhar atento e afetado sobre a inserção, ou não, de negras e negros na docência do ensino superior público se apresenta como uma questão premente e atual independentemente da identidade racial que se tem e da origem etnicorracial sócio histórica que marca a vida de cada uma e um.



O objetivo deste artigo é se somar ao debate sobre os processos de invisibilidade e silenciamento relativos à participação de negras e negras nos quadros de docentes no Ensino Superior, buscando apresentar algumas reflexões sobre os elementos histórico-políticos e ideológicos que se associam a esta questão.

A experiência escravocrata colonial supremacista branca do Brasil deixou marcas profundas que conformaram as relações entre as classes sociais, entre a organização espacial nas grandes cidades, bem como o acesso aos bens econômicos e culturais. Tal como Lélia Gonzalez (2018, p. 97) afirmava já na década de 1980 do século passado, numa perspectiva

segundo a qual raça, como atributo socialmente elaborado, relaciona-se diretamente com o aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, ou seja, a reprodução (formação – qualificação - submissão) e a distribuição dos agentes. Isto obviamente implica em que as minorias raciais não estão excluídas da estrutura das classes das sociedades multirraciais onde as relações de produção capitalistas – ou outras relações, se for o caso – são as dominantes. Mais ainda, o racismo, como articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas (isto é, discriminação racial), é um dos principais determinantes da posição dos negros e não-negros dentro das relações de produção e distribuição.

Posicionar o racismo como “articulação ideológica” que determina a posição de negras e negros nas diferentes dimensões da vida em sociedade é central para o que se pretende refletir neste texto. A história da instituição Universidade será trazida à tela, de forma resumida, na medida em que é forjada ainda no Brasil Colônia e guarda na sua construção história, características do que Aimé Césaire (2020) chama atenção na obra *Discurso sobre o colonialismo*. Em que apresenta a forma brutal como a experiência da colonização europeia mundializou a barbárie centrada na ideia da raça, em que

A burguesia, como classe, está condenada., queira ou não, a assumir toda a barbárie da história, as torturas da Idade Média como a Inquisição, a razão de Estado como o belicismo, o racismo como o escravagismo; enfim, tudo contra o qual ela protestou em termos inesquecíveis, quando, classe no ataque, encanava o progresso humano. [...] Os moralistas não podem evitar. Existe uma lei da desumanização progressiva em virtude da qual, doravante, na agenda da burguesia, só há, só pode haver, violência, corrupção e barbárie (CÉSAIRE, 2020, p. 64).

Seja de forma sutil, seja de forma estrutural, a desumanização em contraposição à universalização de humanidade centrada na experiência europeia branca deixou rastros percebidos

até os dias atuais, quer sejam expressos nas relações interpessoais, ou nas relações institucionais. Um outro conceito que dialoga com esta percepção sobre as consequências do processo colonialista é o da colonialidade que

Se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (TORRES, 2007, p. 131).

Sendo assim a dimensão da colonialidade deve ser considerada tanto para caracterizar a constituição do ensino superior no Brasil, tanto para as reflexões provocadas nesta comunicação.

A organização estrutural da educação superior no Brasil foi balizada, segundo Nadia Fialho (2005), com a chegada da Família Real portuguesa (1808), com o Estatuto das Universidades Brasileiras (1931) e a Reforma Universitária (1968), na qual, passou-se de instituições isoladas de ensino superior para conglomerados de unidades sob o nome de universidade. Com raízes eurocentradas a história do Ensino Superior no país, expressão da intelectualidade nacional, influenciou a formação do Estado nacional brasileiro e suas instituições, reproduzindo e produzindo as desigualdades históricas fruto do colonialismo e da colonialidade.

## 1. Enfim a Universidade! Para quem?

A família real trouxe diversas mudanças a terra de Santa Cruz, a colônia tornou-se Reino Unido, e enfim o ensino superior chegou a essas terras com a Faculdade de Medicina, na Bahia (1808). De acordo com Manoel Salgado Guimarães (1988), as visões científicas e evolucionistas foram características evidentes na produção intelectual no século XIX, permeando o debate em torno do nacional.

O primeiro passo para a produção de uma história nacional foi a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Influenciados pelo iluminismo francês – e também por



positivistas e metódicos - os intelectuais do século XIX, pensavam a civilização brasileira no modelo do homem iluminado, letrado e branco. O fim, nos termos da lei, do sistema escravista impôs aos pensadores brasileiros a necessidade de construção de uma nação e de uma identidade nacional, mas que de largada teria que lidar com a questão étnico-racial (MUNANGA, 2019).

Para Lilia Schwarcz (1993), os intelectuais do século XIX pensaram o Brasil como único e singular, por conta da sua extrema miscigenação racial. Kabengele Munanga (2019) apresenta a questão da mestiçagem no Brasil como o elemento apaziguador dos conflitos raciais e como resposta biológica para o projeto de formação do povo brasileiro, seguindo a lógica expressa de aniquilação de pretas(os) e mulatas(os) de pela escura para seu efetivo branqueamento. Para Silvio Romero (1851-1914), deveríamos pensar o Brasil e sua formação a partir da perspectiva de uma “sociedade de raças cruzadas”, na prática isso significou a implementação de um projeto de embranquecimento e marginalização da população negra e indígena.

Sobre isso, Schwarcz (1993) explicou que esses intelectuais descreviam o Brasil como nação composta por raças miscigenadas, porém, em transição. Essa se daria de forma acelerada, pois os cruzamentos depurados por uma “seleção natural” levariam o Brasil, teoricamente, ao processo de branqueamento. A ideia de que o Brasil seria uma nação em que haveria o convívio harmonioso das três principais raças que o constitui – branca, preta e indígena, na medida em que a miscigenação era sua constitutiva, foi central para consolidar o “mito da democracia racial”, a naturalização da lógica supremacista branca e a negação do racismo como estruturante das relações sociais (MUNANGA, 2019).

Desta forma o centro de produção da intelectualidade nacional, as Universidades, deveriam cumprir, por um lado, a tarefa de cristalizar a ideia da existência de uma democracia racial pela valorização da miscigenação, sendo esta última como garantidora do processo branqueamento da nação. E, por outro, a perpetuação do supremacismo branco, quer seja pela composição dos seus quadros docentes e discente, quer pelas opções epistemológicas. O debate em torno das questões raciais no Brasil seria um caminho para a compreensão da própria trajetória do país, mas também um marco na história das ideias que influenciaram a Universidade e o pensamento científico. Para Schwarcz, essas ideias representaram o momento da entrada do pensamento positivista-evolucionista na formação da intelectualidade brasileira, no qual os modelos raciais de análise cumpriram um papel fundamental. Além dessas categorias de análises

pautadas nas questões raciais, a produção historiográfica sobre o Brasil, de acordo com Guimarães (1988), entre o século XIX e o início do século XX, foi marcada por um perfil elitista e pela tradição iluminista.

Nessa perspectiva, como foi colocado pelo literato do período, Bernardo Guimarães (1914), autor de obras como “A escrava Isaura”, os jovens acadêmicos, representariam uma mocidade brilhante e esperançosa. Juventude oriunda das elites nacionais, outros “fidalgos de sangue azul, outros com a aristocracia do talento tinham suspensa sobre a fronte a auréola de um esplêndido futuro” (p.126), que seriam os futuros homens de Estado, os responsáveis por dirigirem as instituições. Segundo Manoel Guimarães (1988), a produção intelectual dentro do IHGB estruturou a noção de povo a partir do conceito de Nação racializada, o qual, definiu o homem branco e a cultura europeia como modelo. Assim foi gerada, no espaço limitado da academia de letrados, a Nação brasileira, marcadamente racista, com imagens de desumanização e inferiorização da pessoa preta e infantilização e romantização dos povos indígenas, tendo como expoente na literatura Monteiro Lobato (NASCIMENTO, 2016).

Nem o mito da democracia racial, nem elitização supremacista branca foram capazes de isolar as universidades das contradições, dos conflitos e dos enfrentamentos quem marcaram o século XX, na medida em que a luta por educação é uma das marcas da população negra brasileira, mesma na legalidade escravocrata. A partir das autobiografias, escritas de si, pesquisas documentais, foi possível demonstrar “(...) os esforços dos próprios sujeitos, escravizados e libertos, na luta pela educação (...)” (SILVA, 2018, p. 3), na busca por liberdade, emancipação, tanto individuais, quanto para a coletividade.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 importantes nomes da intelectualidade negra brasileira ocuparam os bancos universitários, contribuindo para a constituição do Movimento Negro (GOMES, 2017), produzindo a exemplo, um novo olhar sobre o lugar do negro no Brasil (GONZALEZ; HASENBALG, 1982), sobre os quilombos como espaços de resistência (NASCIMENTO, 2018), elaborando propostas estruturadas para o enfrentamento da questão racial no Brasil (NASCIMENTO, 2019), e tantas mais reflexões contra hegemônicas que apresentaram a constituição racista da sociedade brasileira.



## 2. Intelectuais negros (os) nas Universidades: Um espaço em disputa

O fim formal da escravidão no final do século XIX não significou a inclusão da população negra e o reconhecimento da sua cidadania, mas sim o marco legal da exclusão e da marginalização de africanas(s) escravizadas(o)s e afro-brasileiras(os). Tem-se como marca deste processo a divisão racial e de gênero do mundo do trabalho, em que à população negra foi historicamente designada e/ou promovida ao trabalho braçal e de serviços e cuidado. No que se refere a inserção da população negra na educação formal, está se dava como política de enfrentamento à vadiagem com as Escolas de Arte e Ofícios, o alistamento militar para meninos negros aos 14 anos. As Escolas Politécnicas, segundo Walter Fraga (1996), tiveram o papel de dar ocupação aos ex-escravos que se tornaram moleques e vadios, para essa massa de “desocupados” o ensino técnico voltado para o mundo trabalho e a entrada desses no Exército e Marinha constituiu-se os espaços adequados. No serviço militar as condições impostas aos meninos e homens negros iam das baixas patentes, ao uso de chibatadas como instrumento disciplinador, e uma formação voltada para o trabalho braçal e de servidão. Para as mulheres negras o legado do trabalho doméstico e o cuidado com as crianças, serviços com pouco ou nenhum valor e nenhuma garantia de educação. Tal como salientou Beatriz Nascimento (2018, p. 81)

A mulher negra, pode ser considerada como uma mulher essencialmente produtora, com o papel semelhante ao do seu homem, isto é, como tendo papel ativo. Antes de mais nada, com escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. (...), [a condição de] mãe em potencial de novos escravos, dava-lhe a função de reprodutora de nova mercadoria, para o mercado de mão de obra interno. (...), a mulher negra é uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negro.

E bell hooks (1995) complementou essa caracterização do lugar da mulher negra nas sociedades ocidentais, especialmente as que passaram pelo processo colonial, em que a conjugação entre o racismo e o sexismo são fundantes. De acordo com a autora “perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está no planeta principalmente para servir aos outros” (p. 468). Como consequência o reconhecimento da intelectualidade como possibilidade de expressão da sua humanidade, do seu

trabalho fica interdito à pessoa negra, em especial à mulher negra.

Patrícia Hill Collins (2016, p. 100) ao apresentar as reflexões sobre o pensamento feminista negro norte-americano no campo da sociologia destaca o conceito de *outsider within*, para caracterizar o lugar das mulheres pretas na produção intelectual

Esse status *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao self, à família e à sociedade. Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero.

Nesta construção das *estrangeiras de dentro* a colonialidade impõem um hegemonismo tanto sobre o reconhecimento e pertencimento aos grupos intelectuais da área, quanto dos conceitos, objetos de estudo e correlações com a realidade, o que Collins (2016, p. 116) apresenta como elementos paradigmáticos

o pensamento em si e seus produtores e praticantes. (...), a disciplina da sociologia é em si mesma um paradigma – consiste num sistema de conhecimento compartilhado por sociólogos – e simultaneamente consiste de uma pluralidade de paradigmas (...), cada um produzido por seus próprios participantes.

Assim, são reconhecidos como participantes aqueles que comungam da visão de mundo, adquiridas por uma trajetória escolar e profissional aproximadas, estando cada vez mais próximas na medida em que têm a mesma origem e classe social, têm o mesmo gênero e raça, são os considerados *insiders* (os de dentro), (COLLINS, 2016). Então, mesmo que mulheres negras expressem a mesma visão e mundo, dominem todos os códigos simbólicos e consigam se inserir nos mesmos espaços, ainda assim não serão consideradas como *insiders*, uma vez que não foram socializadas nos mesmo espaços, suas(seus) ancestrais foram as(os) colonizadas(os) e o seu fenótipo expressa o lugar da submissão, da anti-intelectualidade.

Os dados levantados pela Revista Fórum<sup>3</sup> apontam que até 1997, apenas 2,2% de pardos e 1,8% de negros, entre 18 e 24 anos cursavam ou tinham concluído um curso de graduação no

<sup>3</sup> Fonte: <https://www.revistaforum.com.br/digital/138/sistema-de-cotas-completa-dez-anos-nas-universidades-brasileiras/>.



Brasil. Esses números começam a mudar com a implantação de políticas públicas de ações afirmativas no processo de seleção das Universidades, em que as Instituições Estaduais foram pioneiras, com destaque para o Estado do Rio de Janeiro, em 2002/2003, garantido a política de ações afirmativas para estudantes de escolas públicas, para pessoas negras, indígenas e com deficiência (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF). O Estado do Mato Grosso do Sul registrou aprovação de legislação semelhante em 2003 (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS). E, ganham destaque também, no mesmo ano a aprovação das políticas de cotas pelo conselho universitário Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade de Brasília (UnB) (SANTOS, 2012). No âmbito do governo federal a política de cotas só foi aprovada no ano de 2012, tendo como característica congregar cotas sociais e raciais. No ano de 2014, em âmbito federal foi aprovada as cotas raciais para concursos públicos, o que teoricamente impactaria diretamente o quadro de docentes das Universidades. Em artigo intitulado *A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior*, Renata Gonçalves (2018) identifica que as mulheres negras enquanto docentes do ensino superior “(...) são *outsiders*. Racismo, sexismo e exploração de classe seguem sendo a norma institucionalizada na trajetória da docência” (p. 364), ou seja, ainda permanecem “nas franjas mais precárias da sociedade” (Idem). Um levantamento feito pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, a partir da busca por identificação das/os docentes da pós-graduação na área de ciências sociais na plataforma sucupira (dados de 2017) contrataram que a composição geral era de: 77% de brancas(os); 12% de pardas(os); 3% de pretas(os) e 7% de outras identificações, salientando que em algumas áreas não foi identificado a participação de pessoas que compõem o grupo social de negras(os) (CANDIDO; CAMPOS; JUNIOR; 2018).

O resultado dos últimos censos do ensino superior brasileiro nos anos de 2018 e 2020 a marcação cor/raça não foi registrado para os dados sobre o quadro docente, mas ainda assim é possível afirmar empiricamente a sub-representação negra no corpo docente, seja nas instituições de ensino superior pública, seja no âmbito das instituições privadas.

Os dados do MEC, levantados em 2013, apontaram como as políticas de ações afirmativas contribuíram para o aumento de estudantes negros (as) nas Universidades, saindo de um percentual de 2,2% para 11% de pardas(os) que cursam ou concluíram um curso superior, e de 1,8% para 8,8% de negras(os). Esses números evidenciam a dívida histórica do Estado brasileiro

com as populações negras, onde políticas fundamentadas na meritocracia não garantem a inclusão dos marginalizadas(as), nem a diversidade nas Instituições de Ensino Superior.

Mas o aumento do acesso da população negra ao ensino superior significou o maior consumo de bibliografia produzida por intelectuais negros (as)? As (os) docentes negros (os) que atuam nas Instituições de Ensino Superior estão nas direções das Fundações e Associações de fomento à pesquisa? Para Ângela Figueiredo e Ramos Grosfoguel (2007, p. 36) houve uma política de esquecimento em relação ao uso da produção de intelectuais negros (as) nos cursos de graduação e pós-graduação. Para os autores esse esquecimento

ocorre como o resultado da soma de diferentes fatores: a geopolítica do conhecimento que tem levado a minimizar a produção dos intelectuais negros; o funcionamento da cultura acadêmica (networks) e do capital social e simbólico requeridos; o isolamento do intelectual negro, particularmente, quando ele é politicamente comprometido com o combate às desigualdades raciais e, evidentemente, ao racismo, tal como ele se manifesta em nossa sociedade.

O racismo foi alimentado no processo da institucionalização das hierarquias raciais na produção do conhecimento, e o mito da democracia racial contribuiu para a não problematização da ausência de intelectuais negros (os) nas universidades, além, de ter contribuído na caricatura da (o) pesquisadora (o) negra (o) militante como um sujeito agressiva (o), onde suas pautas dividiam a classe. Para Figueiredo e Grosfoguel (2007) o debate sobre as relações raciais centrada no negra(o) constituiu o mito da horizontalidade, não permitindo a percepção do racismo como fator de manutenção das relações de poder nos espaços de produção do conhecimento.

Não havia outro espaço para a(o) negra(o) como objeto de pesquisa: a escravidão. A historiografia e o mito da democracia racial o colocou como “coisa” ou “vítima. De acordo com os autores, a antropologia e os estudos sobre cultura e religiosidade das populações negras contribuiu para alterar o lugar da(o) negra(o). Mas, porque a dificuldade de perceber o negro como agente ou como produtor científico? Stuart Hall (2008) ao localizar a(o) negra(o) na cultura popular, chamou atenção para o não reconhecimento na Europa Ocidental, da existência de etnicidade e a sua contribuição para a cultura do outro.

Pensando a realidade dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil ainda há maioridade no olhar eurocentrado e nortecentrado, ainda que a última década tenha sido



marcada pelo enfrentamento ao que Sueli Carneiro chama de epistemicídio (CARNEIRO, 2011). Há um esforço para romper com a reprodução de conhecimento de um único campo. Para Hall isso foi uma contribuição do movimento da pós-modernidade, que trouxe a partir de novas leituras do mundo a possibilidade de estudar sujeitos outrora marginalizados.

Localizados os trabalhos de Figueiredo e Grosfoguel, Maria Aparecida Bento e bel hooks, por exemplo, é apontada a necessidade de problematizar a ausência da produção intelectual de autoras e autores negras(os). Mas não apenas por conta das novas discussões teóricas, mas também fruto da luta política que,

demonstravam as desigualdades no acesso à educação e nos desníveis de renda entre negros e brancos, aliado às denúncias empreendidas pelo então recém-formado Movimento Negro Unificado sobre o preconceito e a discriminação racial no Brasil. Nas últimas décadas temos testemunhado tanto o aumento e a variação dos temas de pesquisas, quanto a formulação de políticas públicas no combate à desigualdade como, por exemplo, a adoção da política de cotas a partir de 2002. (FIGUEIREDO; GROSGOQUEL, 2007, p.37)

A possibilidade de compreender tais desigualdades é consequência das análises de intelectuais negras (os), como também de suas ações políticas que evidenciaram as contradições do mito da democracia racial, tais como as contribuições de Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), que entra na “cena dos estudos étnico-raciais num momento que esses eram hegemônicos por intelectuais brancos a exceção de Edson Carneiro” (FIGUEIREDO; GROSGOQUEL, 2007, p.36). Ainda assim, em diversas universidades ao tratar do pensamento sociológico brasileiro há a exclusividade de nomes como o de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda como bibliografia obrigatória, mas nenhuma linha da obra de Guerreiro Ramos, isso porque

A produção do conhecimento nas universidades brasileiras, como em quase todas as universidades ocidentais, privilegia a epistemologia eurocêntrica. Esta epistemologia contribui para encobrir as hierarquias de poder raciais hegemônicas nos espaços universitários. Por isso mesmo, qualquer demanda de acadêmicos negros que reivindique sua própria geopolítica e corpo-política do conhecimento é imediatamente rechaçada pela grande maioria dos universitários brancos como uma perspectiva particular e parcial, quando não a denominam de essencialista (FIGUEIREDO; GROSGOQUEL, 2007, p.36).

As universidades brasileiras ainda vivem sob a égide novecentista, não por falta de

produções que tenham contribuído para os estudos étnicos e raciais, mas resistências, o que Maria Aparecida Bento (2002) chamou de pacto da branquitude, que reivindicam o lugar do cânone, da intelectualidade. De acordo com Hall (2008), a justificativa estaria por se considerarem como marcos civilizatórios, e responsáveis pelos pilares da formação da cultura nacional, logo, não haveria espaço para a visibilização, e valorização de outras culturais e de um outro olhar sobre a histórica que questione a lógica supremacista branca.

Diante disso, reconhecer a importância da produção científica das pesquisas das (os) intelectuais negras (os), para Figueiredo e Grosfoguel (2007) é um esforço para tirar a população negra da marginalidade, e um movimento importante que traz à luz o racismo que opera a exclusão, na medida em que

A negação do racismo nos espaços universitários termina por reproduzir o discurso perverso de que as cotas, em lugar de aumentar o número de negros nas universidades, vão criar o racismo e a discriminação num espaço supostamente imune a essas práticas. O que permanece encoberto por esse discurso universalista é a exclusão sistemática de intelectuais negros dos espaços universitários não só como estudantes, mas, também como professores (FIGUEIREDO; GROSFOGUEL, 2007, p.40).

Esse processo de exclusão e negação de intelectuais negras (os), consequência de uma tradição científica na qual os estudos das relações raciais são marginalizados, para Maria Aparecida Bento (2002) é o não reconhecimento do impacto da branquitude na constituição do racismo enquanto violência. As críticas de Guerreiro Ramos aos estudos das Ciências Sociais que resumia os estudos raciais ao negro, e o colocava como um objeto exótico, trouxe a necessidade de se perceber as hierarquias raciais e bem como conhecer o seu funcionamento.

Para Bento (2002), não se deve estudar as hierarquias raciais, mas também o branqueamento e a branquitude. O processo de construção do Estado nacional brasileiro colocou a branquitude como modelo de ser civilizado. Com isso a questão racial está colocada apenas para negras(os), isentando a brancas(os) da sua perpetuação.

Há um processo histórico de desresponsabilizar a(o) branca(o) da existência do racismo, que, tal como a pessoa negra, internalizou os modelos fruto da colonialidade no que se refere ao juízo de valor, de humanização, do ideal do que é ser branca(o) e do que é ser negra(o), sobre gostos, desejos, sobre a percepção do que é conhecimento válido, de onde está o poder, da



construção da ideia de inimigo e por fim de quais corpos são descartáveis, dimensões que orbitam perspectiva dual entre o branco–bom/o preto-mau.

A consequência disso: a legitimação da supremacia branca na economia, na política e na cultura, marginalizando a população negra, lhe tirando a autoestima e justificando as desigualdades. Para Bento (2002) a “falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado” (p.3). O não reconhecimento do lugar dos privilégios e do pacto narcísico da branquitude responsabiliza o negro por sua miséria, reduz as políticas públicas e de ações afirmativas a práticas protecionistas, é não compreende que a “discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito” (idem, p.5).

Há um sentimento de indignação em relação ao sofrimento da população negra enquanto trabalhadores, há indignação dos movimentos feministas ao machismo no mundo do trabalho em relação a mulher negra que ganha menos que o homem branco e o homem negro, mas não há uma reflexão sobre o porquê da mulher branca ganhar mais que a mulher negra e do homem negro. Para Bento isso seria uma indignação narcísica, ou seja, “indignação com a violação dos direitos das trabalhadoras, mas só quando essa violação afeta o grupo de pertença” (2002, p.5), já que

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. Quando precisam mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social brasileiros usam quase que exclusivamente o modelo branco (BENTO, 2002, p.7).

Não há “o problema do negro”, o que há é um sistema simbólico que garantiu privilégios a homens e mulheres por serem brancos. Esse sistema foi estruturado nas relações raciais entre brancas(os) e negras(os), marcada pelo medo, pelo silenciamento do povo negro e a manutenção dos espaços. No processo de formação do Estado Nacional brasileiro coube a população negra a servidão, o trabalho braçal e ao povo branco o comando do Estado, a produção científica e a liderança.

Há mais de dois séculos o comando das Universidades, das instituições de fomento à

pesquisa, das editoras estão sobre domínio da branquitude, ainda que há mais de um século o processo escravocrata tenha sido abolido e que no campo legal não haja institucionalizada a diferenciação racial na igualdade de direitos, oportunidades e representatividade, é visível o racismo institucional. Diante disso, o debate racializado se faz necessário para se enfrentar a histórica inviabilização e não participação proporcional de negras e negros no âmbito das instituições de ensino superior, pois políticas públicas importantes e fundamentais como a lei 10.639/03, a lei 12.990/14 e outras políticas de reparação e ações afirmativas ainda não foram suficientes para a garantia da plena participação deste grupo racializado nos espaços de produção do conhecimento e de poder. Ainda há resistência, negação e interdição operadas pela branquitude.

Pode-se compreender, a partir desses elementos que o racismo institucional e a ausência de docentes negras (os) nas universidades estão intrinsecamente ligados, tendo como elo a manutenção do supremacismo branco. O silenciamento e a inviabilização das (os) intelectuais negras(os) contribuem para sustentação desta condição pois “o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação fundamental, para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes” (HOOKS, 1995, p.466).

A produção intelectual comprometida com a superação da colonialidade, marcadamente os trabalhos decoloniais, fomentam a construção de uma outra história, em que a Europa deixar de ser o centro da humanidade, que se descortina as crueldades do processo escravagista negro, que se humaniza africanas(os) e toda uma diáspora. Faz-se ainda necessário buscar o entrecruzamento da dupla opressão raça/gênero uma vez que

o conceito ocidental sexista/racista, de intelectual, que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar as mulheres a oportunidade de seguir uma vida intelectual, tornou o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual. O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros (hooks, 1995, p.468).



O racismo criou obstáculos simbólicos para silenciar a produção intelectual decolonizadora, que invisibiliza pesquisadoras(o) negras(o), pois historicamente o espaço da universidade lhes foi negado. Considerando o machismo, inclusive por parte de homens negros, essa violência simbólica dentro das Instituições de Ensino Superior é mais agressiva às mulheres negras. O trabalho intelectual das mulheres negras é visto com desconfiança pela Universidade, já que

A insistência cultural em que as negras sejam encaradas como empregadas domésticas, independentemente de nosso status no trabalho, ou carreira, assim como a aceitação passiva desses papéis pelas negras, talvez, seja o maior fator a impedir que mais negras escolham tornar-se intelectuais (hooks, 1995, p.470).

A partir dos conceitos, processos e pesquisas lançadas mão para conduzir as reflexões deste artigo, se propôs aqui trazer em tela a necessidade de emprendermos ações que passem da denúncia ao anúncio, à outra configuração do ensino superior brasileiro. Reconhece-se que há em curso a quebra de paradigmas de pesquisa, de referenciais teóricos, de representação, mas ainda aquém ao acumulado da herança escravocrata e colonial que conformou a sociedade brasileira.

A participação de negras e negros nos bancos universitários, na composição do corpo docente, deve ser fomentado pela instituição e por políticas públicas, na medida em que a exclusão deste grupo racializado se constituiu como projeto de nação. Desta forma a luta pela implementação da lei 12.990/14 por parte das instituições e a implementação das políticas de cotas raciais para o ingresso nos cursos de pós-graduação, a adoção de autoras(es) negras(os) nos programas de graduação e pós-graduação se configuram como ações mais do que justificadas e urgentes.

### **Algumas considerações**

A historiografia apontou que os processos abolicionistas não foram capazes de garantir a devida inclusão da população negra na sociedade, no que se refere à representatividade, ao acesso à educação, saúde, moradia, trabalho e renda. A escravidão no Brasil não era apenas a garantia de mão de obra barata, tornou-se uma ideologia ao ponto de diversos movimentos e levantes separatistas ocorridas nas primeiras décadas do século XIX, onde a abolição da escravatura não

era um ponto de consenso, ou seja, propostas de romper com o império sem romper com a escravidão.

O pós-abolição foi marcado pelo processo de marginalização da população negra e por uma política de embranquecimento da nação. O racismo opera como tecnologia, construção ideológica e política, e por fim econômica, das características associadas ao grupo racializado negro, de negação e negativização da sua expressão tipológica, desprezando sua capacidade intelectual, legando a este Os lugares subaternalizados e servis.

Romper com o silenciamento das(os) intelectuais negras(os) nas Instituições de Ensino Superior, parte da compreensão do racismo não apenas como fruto de comportamentos discriminatórios, mas também “como o resultado do *funcionamento* das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça” (ALMEIDA, 2018, p. 29).

É preciso compreender que o racismo é estrutural, essa estrutura naturalizou o Cânone como branco e de civilização europeia, naturalizou o desprezo pela produção intelectual de mulheres e homens negras(os). Essa concepção estrutural do racismo ajuda a perceber essa violência não como uma ação individual, mas como uma dimensão do poder, onde um grupo e as instituições se sobrepõe e marginalizam outros. Diante disso, as universidades ao desrespeitarem nas suas seleções e concursos a lei 12.990/14 estão reproduzindo o racismo, já que “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. (...) as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, 2018, p. 36).

Enquanto houver racismo não haverá verdadeira democracia e vida em plenitude para todas e todos. E no cenário contemporâneo, de pandemia em que se escancarou as desigualdades raciais, que determinam as desigualdades sociais, num ambiente de instabilidade democrática, como se apresenta no Brasil, reafirmar estas lutas marcam o posicionamento político em favor da vida e da dignidade de toda pessoa humana. O debate bibliográfico e a breve discussão teórica explanada nesse trabalho desafia a todas e todos a assumir a produção científica enquanto tarefa militante.



## Referências

- ALVES, Kleber da Silva. “Por que razão não libertaram esta menina?”: discurso emancipacionista e perfil do liberto ideal no romance A Escrava Isaura. **Dissertação de Mestrado**. PPG-História Regional e Local: UNEB, 2010.
- BENTO, Maria Aparecida; “Branqueamento e Branquitude no Brasil”. In: CARONE, Iracy & BENTO, Maria Aparecida (Orgs.); **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**; Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismos, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Sele Negro, 2011.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within\*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, n. 1, v. 31, p. 99-127, jan/abr, 2016. Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- FIGUEIREDO, Angela; GROSGOUEL, Ramon. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. **Revista Ciência e Cultura**, vol. 59, n. 2, São Paulo, abr/jun, 2007.
- FIALHO, Nadia Hage. **Universidades Multicampi**. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e Poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- FILHO, Walter Fraga. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONÇALVES, Renata. A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior. **Revista Unisul**, Tubarão, v. 12, n. 22, p. 350-367, jul/dez, 2018.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEA, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- GUIMARÃES, Bernardo. **Rozaaura, a engeitada**. vol. 1. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1914 [1883], p. 126.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: **Revista Estudos Históricos**, V. 1, nº 1. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- HOOKS, B. Intelectuais negras. In: **Estudos Feministas**, Vol. 3, No.2, 1995, p. 465-477.
- HALL, S. Que “negro” é esse na cultura negra? **Lugar comum**, 13/14, pp.147-159.
- LUCKESI, Cipriano (org.) **Fazer Universidade: Uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez,

2010.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beartz. Beatriz Nascimento, **Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias atuais da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

OLVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, abr. 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Alexandra Lima. Caminhos da liberdade: os significados da educação dos escravizados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-27, 2018. . Acesso em: 07 de setembro. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230067.pdf>

SANTOS, Adilson Pereira dos. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei de Cotas. In: **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul/dez, 2012.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**Artigo recebido para publicação em:** 17 de maio de 2021.

**Artigo aprovado para publicação em:** 07 de julho de 2021.